

Plano Nacional de C&T promete mais verbas para inovação

Mais verbas, mais editais de financiamento de pesquisas, mais incentivos à participação do setor privado. Foi o que a secretária adjunta de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ana Lúcia Vitale Torkomian, disse estar previsto no PACTI II (Plano Nacional de Ação Ciência, Tecnologia e Inovação), o projeto para o setor que está em gestação.

A secretária adjunta falou sobre o tema "Ciência, tecnologia e inovação: eixo para o desenvolvimento econômico" na conferência de abertura do II Seminário Nacional de Inovação, na noite de quinta-feira (26), na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), campus Tubarão.

Com esse plano, que ainda não está em sua versão final, a ideia é que os investimentos em ciência, tecnologia e inovação saltem dos atuais 1,20% para 1,80% do PIB (Produto Interno Bruto). Esse índice seria composto por 0,65% com recursos do governo federal (em 2010 foi de 0,61%), 0,25% dos Estados (atualmente é 0,19%) e 0,90% do setor empresarial (hoje em 0,59%).

A versão final desse plano tem a previsão de estar acabada dentro de dois meses. A secretária observou que as metas são ousadas. Mas, disse, "precisamos disso para o pleno desenvolvimento do País".

O novo plano do governo parte do pressuposto de que a política para o setor, nos últimos anos, foi bem sucedida em alguns aspectos. De 2000 a 2008, o Brasil deu um salto de 218% na produção científica mundial, que é medida pelo número de artigos científicos publicados. Hoje, o país responde por 2,12% dessa produção e só em 2009 foram 11 mil doutores titulados e quase 40 mil mestres.

Segundo a secretária, estes números são altamente significativos. O gargalo está em outra parte: na transferência desse avanço de conhecimento em benefício para a sociedade, em inovações de produtos, serviços ou processos que transformem e melhorem a vida das pessoas. Nessa parte, os números não são tão positivos.

Por isso, o novo plano tem, entre suas metas, criar e implantar uma série de ações, envolvendo governo,

universidades e iniciativa privada, prevendo capacitação de pessoas, fomento à pesquisa e infraestrutura e promoção da inovação. As principais são a transformação da Finep, a financiadora de projetos, em um banco como o BNDES, com a consequente ampliação de recursos disponibilizados, e a criação de novos fundos setoriais, que também alocam recursos para o desenvolvimento de projetos de pesquisas.

Incentivo à formação de engenheiros, ampliação do número de bolsas para mestrado e doutorado, atração de pesquisadores brasileiros radicados em outros países e de pesquisadores de renome internacional, aumento dos recursos destinados a editais de fomento à pesquisa. Estas são algumas das medidas previstas para que a meta seja atingida. Outras ainda passam pela modernização das estruturas nas instituições de pesquisa públicas e privadas, fortalecimento de parques tecnológicos e incubadoras de empresas, além de novos e mais incentivos à participação do setor empresarial.

Fonte: Ascom da Unisul